

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE PEDAGOGIA
MONOGRAFIA II

**A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA PARA O
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ALUNO**

Marli Alves Rodrigues silva

Goiânia, 2020

MARLI ALVES RODRIGUES SILVA

**IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA PARA O
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ALUNO**

Monografia elaborada para fins de avaliação parcial de Trabalho de Conclusão de Curso, do Curso de Pedagogia, na Escola de Formação de Professores e Humanidades, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob a orientação da Profa. Dra. Salete Flôres Castanheira

Goiânia, 2020

Marli Alves Rodrigues Silva

**IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA PARA O
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO ALUNO**

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia, da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

BANCA EXAMINADORA	AVALIAÇÃO
<hr/>	<hr/>
Orientadora: Prof. ^a Dra. Salete Flôres Castanheira	NOTA
Conteúdo: (até 7,0)	
Apresentação oral: (até 3,0)	
<hr/>	<hr/>
Examinadora: Prof. ^a Ms. Rosilda Campelo dos Santos	NOTA
Conteúdo: (até 7,0)	
Apresentação oral: (até 3,0)	
	<hr/>
	MÉDIA

Goiânia, 04 de novembro de 2020

Aos meus pais.

Agradecimentos

Primeiramente a Deus!

Em segundo lugar, aos mestres da Escola de Formação de Professores e Humanidades da PUC GO. À minha orientadora, Dra. Salete Flôres Castanheira

À professora examinadora, Rosilda Santos

E por fim, ao meu esposo, Pedro Pereira Silva, que foi quem me incentivou, apoiou e acreditou em mim nessa caminhada. Obrigada, amor, pela paciência e compreensão. Obrigada por exatamente tudo.

Aos meus filhos, pela ajuda nas minhas menores dificuldades e pelos momentos em que, mesmo sentados do meu lado, sentiam a minha falta, falta que também aconteceu nas reuniões de família.

Quero agradecer às pessoas que me ajudaram de forma direta ou indireta para a conclusão desse trabalho e agradecer à minha amiga, Aylla Guimarães, por tantas forças, ajudas, conversas e superações. Enfim, vencemos.

Deixo aqui registrada a minha eterna gratidão a todos e um forte abraço.

Educação é a junção de valores, princípios... Contudo, a divisão de deveres entre família, escola, governo e sistema é o caminho... Se esses elos não se acoplarem, dificilmente seremos vitoriosos, mesmo com professores “embriagados de amor” pela arte de ensinar.

Nildo Lage

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir a importância da participação da família na escola para o desenvolvimento integral do aluno. Na educação, família e escola possuem funções complementares e interdependentes. É importante que ambas compreendam seus papéis e atuem de forma coordenada para que os resultados da educação sejam efetivos. Para compreender melhor esse tema, buscou-se uma visão mais ampla sobre a função de cada instituição, sua influência nas diferentes formas de educação e como cabe à escola a responsabilidade por promover essa participação mais ativa. Ao final, são apresentadas algumas sugestões para que a família seja incentivada a participar das atividades escolares.

PALAVRAS-CHAVE: Família e Escola; Gestão Democrática; Educação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - FAMÍLIA E ESCOLA - FUNÇÕES COMPLEMENTARES	11
1.1 A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE.....	11
1.2 AS FUNÇÕES DA FAMÍLIA E DA ESCOLA	15
CAPÍTULO 2 - PROMOVENDO A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR	22
2.1 INTEGRAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA UMA JUNÇÃO NECESSÁRIA, PORÉM DISTANTE DA REALIDADE	22
2.2 FORTALECENDO A INTERAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA - A GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS.....	35

INTRODUÇÃO

Família e escola são partes indissociáveis da formação integral da criança. Ambas têm seus papéis bem definidos, mas também atuam de forma complementar e com responsabilidades que, muitas vezes, se sobrepõem. Entretanto, quando tratamos da relação entre família e escola, tanto os pais, quanto os educadores se preocupam com os desencontros, isto é, com as eventuais omissões nessa participação.

Deve-se compreender que essa responsabilidade é conjunta. Ambos os lados precisam se conscientizar para assumir essa tarefa. A ausência da família na escola pode comprometer o desenvolvimento da criança, inclusive favorecendo o fracasso e até mesmo a evasão escolar. Devemos assinalar que a escola deve promover formas de integrar a família, buscando alternativas de participação e integração. Essa responsabilidade é, inclusive, definida por lei. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei de nº 9.394/1996 - LDB) define em mais de dois artigos as incumbências para a escola e para os docentes a respeito dessa integração:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

...

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

...

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL, 1996)

Além desses artigos, a LDB traz, ao longo do seu texto, diversos incisos relacionados à frequência e ao rendimento escolar, onde fica claro que família e escola devem caminhar em sintonia, comunicando, interagindo, articuladas, para o pleno desenvolvimento do aluno, compreendido como: cognitivo, afetivo, psicomotor, psicossocial, dentre outros.

Aliás, o pleno desenvolvimento do aluno é um dos pilares da Constituição Federal de 1988.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Neste artigo encontra-se o tripé da finalidade da educação brasileira: pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ao cumprir a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.394/1996 reforça esse artigo ao tratar “Dos Princípios e Fins da Educação Nacional”, em seu art. 2º reafirmando que “*a educação, dever da família e do Estado*”. Enquanto a Constituição Federal define uma hierarquia nessa responsabilidade, isto é, cabe ao Estado fornecer instituições, acesso, permanência dos alunos, a LDB exige que os pais sejam corresponsáveis no cumprimento desse dever (BRASIL, 1996).

Também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n. 8.069/1990) define que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990).

A escolha do tema não se deu apenas em razão da legislação - também ocorreu pela vivência nos campos de trabalho, por observações empíricas e especialmente por estudos sobre essa problemática. Ao longo do curso de Pedagogia, o assunto era recorrente nas discussões em sala de aula, especialmente a partir do momento em que precisamos enfrentar o ensino remoto, motivado pela pandemia de Covid-19. Leituras, artigos, debates demonstraram que, sem dúvida, é um tema relevante.

Alguns estudos e pesquisas mostraram instituições escolares que registraram dados positivos e significativos com essa integração. A maioria, entretanto, não teve o mesmo sucesso. Essa divergência chamou a atenção e motivou a escolha deste tema para aprofundamento.

O que concorre para que algumas instituições consigam essa integração e outras não? A quem cabe a iniciativa de buscar essa integração? A gestão democrática e participativa, o Projeto Político Pedagógico, exigidos pela legislação educacional, podem ser facilitadores dessa integração? Quais as consequências da participação ou não da família nas atividades escolares? Quais são os reais papéis das duas instituições na formação integral do aluno? Como a família pode participar das atividades da escola? Enfim, o problema é: como romper esse distanciamento, a fim de que a interação a família e a escola, especialmente no âmbito do Ensino Fundamental, possa realmente contribuir para o pleno desenvolvimento dos alunos?

A investigação, com suporte da pesquisa bibliográfica, teve como objetivo compreender melhor a importância da interação entre a família e a escola, na etapa do Ensino Fundamental. Para isso apresentará conceitos e características dos papéis da família e da escola na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno; buscará, também, compreender como essa parceria pode ser construída; conhecer as diversas formas de participação da família nas atividades escolares; compreender as dificuldades e oportunidades para a melhoria das relações entre a família e a escola, especialmente no Ensino Fundamental, como a gestão democrática e participativa e o projeto político pedagógico podem concorrer para essa integração de forma mais positiva.

Para isso a monografia foi estruturada em dois amplos capítulos, a saber:

O primeiro capítulo, intitulado “*Família e escola, funções complementares*”, apresenta uma breve contextualização do tema, refletindo sobre a família na contemporaneidade. Trata também das funções da família e da escola, funções distintas e complementares na formação integral do aluno.

“*Promovendo a participação da família no contexto escolar*” é o que propõe o segundo capítulo. Inicia tratando da integração família-escola como uma junção necessária, ratificando os estudos realizados, porém distante da realidade. Traz dados de pesquisas que demonstram resultados não satisfatórios em muitas instituições escolares nesta relação. Em função dessas reflexões, o capítulo segue formulando algumas alternativas que buscam apresentar formas de participação da família no contexto escolar. São sugestões que foram pensadas a fim de contribuir com a superação de alguns obstáculos apresentados anteriormente. Resgata a legislação educacional que define a gestão democrática como exigência para a escola pública, a fim de promover meios para a aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos, dentre as ações está incumbência criar condições de integração das famílias e da comunidade na vida escolar.

CAPÍTULO 1

FAMÍLIA E ESCOLA - FUNÇÕES COMPLEMENTARES

Quando família e escola educam com os mesmos critérios, as diferenças entre os dois ambientes se reduzem, e quem ganha é a criança.

Andrea Ramal

1.1 A FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE

A aprendizagem acompanha o ser humano desde o nascimento até a morte. É parte indissociável de sua vida, pois nunca deixa de existir e nem é possível interrompê-la, em situações normais. Mas, há diversos tipos de aprendizagem, que variam de acordo com a circunstância, a forma e a utilidade que será dada a esse conhecimento. Seja como for, a família representa o primeiro berço de aprendizagem da criança.

Essa aprendizagem não se dá em um ambiente estanque. Desde o nascimento, a criança participa das interações sociais da família, ampliando seu repertório no convívio com outros ambientes e pessoas. É esse conhecimento empírico que constitui a bagagem essencial da criança ao chegar o momento de iniciar sua vida escolar.

Polônia e Dessen (2007, p. 23), afirmam que a família é portanto, o primeiro ambiente de socialização do sujeito, atuando como mediadora entre o homem e a cultura. Além de garantir seu bem estar, a família é responsável pelo preparo comportamental para a vida social, sendo responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados da prática social. "No ambiente familiar, a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais, a lidar com as diversidades e adversidades da vida."

Também Loureiro (2017, p. 104), refere-se à família como sendo a "unidade institucional básica da sociedade", responsável pelas funções de desenvolvimento, socialização e educação.

Dada a sua complexidade, estudos demonstram que há dificuldades para se conceituar "família". Osório (1996, p.14) afirma que,

[...] a família não é uma expressão passível de conceituação, mas tão somente de descrições; ou seja; é possível descrever as várias estruturas ou modalidades assumidas pela família através dos tempos, mas não defini-la ou encontrar algum elemento comum a todas as formas com que se apresenta este agrupamento humano.

As tentativas de conceituar família ficaram ainda mais difíceis diante das grandes transformações ocorridas na sociedade e na economia no último século. As famílias são reconstituídas em função das separações, divórcios, novas uniões. As relações familiares ficaram mais complexas, acarretando mudanças em sua estrutura, com novos arranjos familiares. Assim, quanto nos referimos a família, tema deste trabalho, estamos nos referindo a esses novos modelos.

Essas novas configurações familiares, tão diferentes da família nuclear, mostram-nos uma nova realidade.

As reconstruções familiares acarretam obviamente mudanças significativas no campo relacional familiar, provocando a emergência de situações sem precedentes, para as quais não há experiências prévias na evolução da família que possam servir de referência para balizar o processo de assentamento sociocultural dessas novas formas de convívio social. (OSÓRIO, 1996, p.56).

Fernandes (2007, p. 253) afirma que a sociedade atual é um palco onde se desenrolam inúmeras crises. Há "um certo desaparecimento do senso comum", que produz, entre outras coisas, a desinstitucionalização da família e da vida social, provocando incertezas e a busca por redefinições. O autor não acredita que haja uma crise na conjugalidade no valor da família e sim uma "incerteza" em sua definição. Isso se dá pela mudança nos formatos, nas configurações, na hierarquia e até nos papéis que cada membro deve desempenhar.

"A família deixou de ser uma estrutura estável, para se constituir numa sucessão de estados ao longo da vida." (FERNANDES, 2007, p. 255). Os filhos deixam de ser uma finalidade para o casamento e passam a ser uma escolha, um desejo.

As crianças não permanecem iguais de geração em geração e de sociedade em sociedade, porque a educação das novas gerações também não é a mesma, assim como não é idêntico o contexto em que ela ocorre. O modelo prevalente de educação na família não consiste mais na incorporação de práticas disciplinares, mas em fazer com que os filhos sejam eles mesmos. Não se trata de corrigir e de impor modelos de autoridade. A própria hierarquia entre gerações tende a desaparecer, passando todos à condição de simples parceiros. No passado, pretendia-se, com a educação, que as gerações sucessivas reproduzissem as anteriores. Hoje tem-se mais em vista a performance. (FERNANDES, 2007, p. 256)

Nogueira (2006) destaca que a possibilidade de determinação do tamanho da prole e do momento da procriação levou os pais a mudarem seu conceito sobre filhos, trazendo-os para o centro da vida afetiva e familiar.

Se ainda hoje eles permanecem como posse dos pais, é menos como futura força de trabalho (para os desfavorecidos), ou como garantia de sucessão (no caso dos favorecidos), e cada vez mais como objeto de afeto e de cuidados, razão de viver, modo de realizar-se. Limitar a prole torna-se, então, o meio principal de investir o máximo em cada filho para poder oferecer a eles as melhores oportunidades possíveis. (NOGUEIRA, 2006, p. 159).

Nessa nova configuração, os pais perdem a autoridade como definidores do futuro dos filhos e passam a pensar na oferta de oportunidades para que estes possam desenvolver suas próprias potencialidades. "A família não será mais do que um revelador da pessoa. A educação consistirá em fazer com que a criança e o jovem se encontrem a si mesmos, que descubram a sua identidade." (FERNANDES, 2007, p. 257). O autoritarismo é substituído pela comunicação e pelo diálogo, respeitando a individualidade e a autonomia do filho.

Os pais tornam-se, assim, os responsáveis pelos êxitos e fracassos (escolares, profissionais) dos filhos, tomando para si a tarefa de instalá-los da melhor forma possível na sociedade. Para isso, mobilizam um conjunto de estratégias visando elevar ao máximo a competitividade e as chances de sucesso do filho, sobretudo face ao sistema escolar – o qual, por sua vez, ganha importância crescente como instância de legitimação individual e de definição dos destinos ocupacionais. Tendo se tornado quase impossível a transmissão direta dos ofícios dos pais aos filhos, o processo de profissionalização passa cada vez mais por agências específicas, dentre as quais a mais importante é, sem dúvida, a escola. (NOGUEIRA, 2006, p. 161).

Loureiro (2017) acredita que o aumento da importância da escola gera uma mudança nas relações entre as duas instituições. As expectativas das famílias perante os serviços prestados pelas escolas são, nomeadamente, de carácter social e pedagógico, crendo que as escolas irão ajudá-las a resolver os seus problemas quotidianos e atender ao bem-estar dos seus filhos, assim como irão colaborar nos seus percursos académicos de forma duradoura e inequívoca.

Nogueira (2006) assinala que sempre houve relações entre as famílias e as escolas, mas essas relações eram mais restritas e os contatos menos frequentes. A escola era uma instituição mais fechada, com papel bem definido de formadora intelectual, sofrendo pouca influência dos eventos externos ou individuais. Da mesma forma, a educação familiar era mais homogênea e mais consistente quanto ao preparo dos filhos para a convivência social.

Na Europa, até a década de 1960, a participação dos pais dava-se, principalmente, no conhecimento das regras da escola, envolvendo questões como horários, vestimenta, material escolar e calendário. A exceção se dava no campo do comportamento, onde a família era convocada a agir se houvesse problemas que interferissem no desempenho escolar do aluno (NOGUEIRA, 2006).

Com as mudanças de expectativas, a escola também precisou se reinventar e ampliar os canais de comunicação com as famílias, oferecendo instâncias mais individualizadas de atendimento. Fernandes (2007, p. 261) acredita que "a escola vê-se confrontada com inúmeras funções que não lhe competiam no passado."

Temos uma sociedade "incerta", uma família "incerta" e indivíduos "incertos". A escola foi pensada e formada para outros tempos: para uma sociedade regulamentada, uma família estruturalmente estável e indivíduos relativamente bem socializados. A escola era uma função das famílias, respondendo às suas expectativas, e uma função da sociedade, preparando para um mundo previsível e estável. Hoje nada é previsível e estável, a não ser a mudança. Mas as sociedades não podem funcionar sem um conveniente quadro de normatividade. (FERNANDES, 2007, p. 262)

Nogueira (2006) acredita que esse dilema só possa ser superado pelo aumento na participação da família nas atividades escolares, formais ou informais, coletivas ou individuais, provocando uma redefinição dos papéis e a redistribuição do trabalho educativo entre as duas instituições.

De um lado, a escola não se limita mais às tarefas voltadas para o desenvolvimento intelectual dos alunos, estendendo sua ação aos aspectos corporais, morais, emocionais do processo de desenvolvimento. De outro, a família passa a reivindicar o direito de interferir no terreno da aprendizagem e das questões de ordem pedagógica e disciplinar. Não há mais uma clara de limitação de fronteiras. (NOGUEIRA, 2006, p. 164)

Oliveira e Marinho-Araújo (2010), entretanto, não acreditam que essa redefinição seja simples, porque há fronteiras que não podem ser rompidas no papel que cada instituição deve exercer.

Escola e família têm suas especificidades e suas complementariedades. Embora não se possa supô-las como instituições completamente independentes, não se pode perder de vista suas fronteiras institucionais, ou seja, o domínio do objeto que as sustenta como instituições. Esses dois sistemas têm objetivos distintos, mas que se interpenetram, uma vez que compartilham a tarefa de preparar as crianças e os jovens para a inserção crítica, participativa e produtiva na sociedade (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 101).

E as autoras completam, afirmando que:

A divergência entre escola e família está na tarefa de ensinar, sendo que a primeira tem a função de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos

construídos socialmente em determinado momento histórico, de ampliar as possibilidades de convivência social e, ainda, de legitimar uma ordem social, enquanto a segunda tem a tarefa de promover a socialização das crianças, incluindo o aprendizado de padrões comportamentais, atitudes e valores aceitos pela sociedade. (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 101).

Enfim, podemos dizer que as famílias têm se defrontado com diversas alterações em suas configurações e relações internas. Loureiro (2017) acredita que essas mudanças trazem instabilidade ao papel familiar de " pilar da socialização primária", transferindo para as escolas parte dessa responsabilidade.

Desenha-se um novo papel para a relação escola e família. Essa relação se torna imprescindível para o pleno desenvolvimento do aluno, cognitivo, social, afetivo. O papel de cada respectiva instituição é diferente, porém se complementam.

As práticas educativas divergem quanto ao grau de controle que os pais exercem sobre o comportamento dos filhos. Essa dimensão é crucial ao desenvolvimento da pessoa, desde que, mediante a orientação e controle os outros exercem, aprendem a controlar e a regular a nossa conduta de maneira autônoma (SALVADOR, 1999, p. 165).

Conclui-se que entre a família e a escola existe uma estreita relação, possibilitando que as práticas pedagógicas se completem, levando em conta as especificidades de cada uma, o respeito e a autonomia.

1.2 AS FUNÇÕES DA FAMÍLIA E DA ESCOLA

Um dos mais importantes ofícios da família é contribuir com o desenvolvimento integral dos filhos, a formação da pessoa completa. Para isso a afetividade, o respeito, o afeto, a atenção, a fraternidade, a compreensão, o amor, são valores indissociáveis para essa formação.

Contudo, como já visto, a constituição familiar não é mais vista como definitiva e inabalável, pois, existem situações que afetam esta estrutura, como a separação do casal, que atinge e marca os filhos. Esse fator não deve abalar e nem mesmo excluir o amor existente entre as partes mãe/pai em relação aos filhos, assim como dos filhos para com seus pais e também entre irmãos. Essa ruptura entre os pais, mesmo que gerem novas experiências, não muda o fato de que seus membros sempre terão como elo o amor, a afetividade, definidos como primordiais na efetivação das funções familiares.

Além das funções afetivas e emocionais, a família também tem a responsabilidade de inserir os filhos na vida social. É ela que leva os filhos a aprenderem como se relacionar, e interagir afetiva, cognitiva e socialmente com diferentes grupos, na comunidade, com avós, tios, primos, numa participação ativa, ampla, amigável, respeitosa, na vida em grupo, ou seja, na vida coletiva.

Essas ações fazem parte do conjunto de responsabilidades familiares, que também incluem a iniciação religiosa, a oferta de lazer, educação, saúde, proteção, etc. Mesmo tratando de assuntos diversos, todas essas funções são desempenhadas de forma conjunta e contribuem para o desenvolvimento integral e harmonioso dos filhos. Em conjunto, contribuem para a autonomia, autoestima, organização, disciplina, ou seja, para formação integral dos filhos.

A qualidade e a intensidade com que essas ações se realizam dependem, obviamente, da oportunidade e das condições de acesso, fatores relacionados aos valores culturais, comunitários, socioeconômicos, em que os sujeitos estão inseridos.

Seja como for, todas essas ações desencadeiam aprendizagem. As crianças aprendem a aprender perguntando, provando, participando de atividades com outras pessoas, seus pais, irmãos, avós, primos e aprendem até mesmo quando recebem respostas que as instigam a continuar perguntando, o que contribui diretamente com o seu desenvolvimento.

Durante os primeiros anos de vida, as crianças dominam uma surpreendente gama de competências. Chegam a ser competentes para cantar canções, andar de bicicleta, lidar com dezenas de objetos dentro de casa, na rua ou pelo campo. Essas experiências são marcadas pelos sentimentos e emoções envolvidos, especialmente durante a participação das crianças nas atividades cotidianas. É aí que acontecem as aprendizagens. Essas aprendizagens, portanto, ocorrem socialmente, nas suas relações interpessoais.

Segundo Vygotsky (1991), é preciso entender que a aprendizagem da criança está relacionada aos fatores sociais e culturais que influenciam o seu desenvolvimento intelectual. A criança não aprende sozinha, mas em interação com o outro, sujeito mais experiente do seu grupo, que possa promover “ajudas” na sua aprendizagem, funcionando como motor do seu desenvolvimento. Vygotsky desenvolve na sua teoria de aprendizagem e desenvolvimento um conceito seminal sobre a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), compreendida como área cognitiva, área de intervenção, onde a criança recebe “ajudas” a fim de aprender e se desenvolver. O

desenvolvimento é fruto dessas aprendizagens. A criança precisa ser mediada por um adulto para desenvolver sua autonomia, e avançar do nível que ela se encontra, denominado de nível de desenvolvimento real, e se aproximar, pouco a pouco, de um nível superior de desenvolvimento, denominado de nível potencial. Assim, sua aprendizagem ocorre por ciclos já completados: uma vez alcançado um nível de desenvolvimento maior, nível potencial, esse constituirá em futuro nível real, efetivo, sendo base para que um novo ciclo se construa.

A ZDP é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VIGOTSKY, 1991, p. 97).

Para Vygotsky, as aprendizagens ocorrem ao longo da vida do aluno, em suas relações sociais e interpessoais, determinando níveis de desenvolvimento, construídos por aprendizagens. São elas que alavancam o desenvolvimento, a aprendizagem precede ao desenvolvimento.

Sendo assim, o ambiente familiar desempenha um papel de mediador com forte influência no desenvolvimento intelectual, afetivo, psicossocial, motor, da criança, pois nele a mediação do adulto ocorre de forma constante.

O mesmo ocorre no ambiente escolar, tendo o professor no papel de mediador. A diferença está no formato e no conteúdo.

Oliveira e Marinho-Araújo (2010, p. 101) ressaltam a distinção entre educação familiar e educação escolar. A primeira tem por objetivo a socialização da criança, a partir do ensino da língua materna, dos valores, símbolos e regras de convivência em grupo. A segunda tem como função "a socialização do saber sistematizado, ou seja, do conhecimento elaborado e a cultura erudita."

Para que esse conhecimento não se perca, para que a humanidade não tenha que reinventar tudo a cada nova geração, fato que a condenaria a permanecer na mais primitiva situação, é preciso que o saber esteja permanentemente sendo passado para as gerações subsequentes. Essa mediação é realizada pela educação, entendida como a apropriação do saber historicamente produzido. Disso decorre a centralidade da educação enquanto condição imprescindível da própria realização histórica do homem. (PARO, 1997, p. 108).

Paro (1997) afirma que a escola se reveste de duas grandes funções. A primeira social, uma vez que realiza a mediação indispensável para a cidadania, ao

promover, de modo sistemático e organizado, a educação que atualiza historicamente as novas gerações. A segunda é que, a escola, ao socializar o saber produzido historicamente, precisa fazer isso de modo seletivo, priorizando aquilo que é mais relevante para a formação dos alunos. Isso leva a escola a escolhas: as opções teóricas, as concepções de currículo, a responder que tipo de homens quer formar. Essa resposta deve estar em coerência com as repostas da família, com o projeto educativo que ambas tem para os filhos / alunos.

Paro (2011), ao tratar da função da escola, afirma que essa está estritamente ligada ao currículo. Ele compreende o currículo, sendo o próprio conteúdo do ensino. Em consequência, o primeiro componente da estrutura curricular é a forma de ensinar.

Falar do currículo da escola fundamental é falar do conteúdo do ensino, mas de uma forma mais ampla do que usualmente entende. Os “conteudistas” reduzem o conteúdo aos conhecimentos e informações que são transmitidos pela escola. Todavia, se educação é formação de personalidades humano-históricas, o seu conteúdo tem a ver com a cultura em seu sentido pleno: conhecimentos, informações, valores, crenças, tecnologia, ciência, arte, filosofia, direito etc., ou seja, tudo aquilo que é criado pelos homens, por contraposição à natureza, que existe independentemente de sua ação e vontade. De acordo com Alfred North Whitehead (1969, p.13), fragmentos de informações nada têm a ver com [cultura]. Um homem meramente bem informado é o maçante mais inútil na face da terra. (PARO, 2011, p. 5).

Nas palavras de Paro (2011), o currículo associa cultura-conteúdo-forma, afirmando que não se podem sonegar elementos culturais valiosos na formação integral da personalidade do aluno. Isso tudo leva a escola ter clareza que a sua concepção de currículo está intimamente ligada a toda ação pedagógica, que é intencional.

Para Saviani (2005), o saber sistematizado como a cultura erudita, letrada, é a primeira exigência do saber escolar. A apropriação do saber sistematizado pelas novas gerações é o fim a atingir, é a razão da escola. Assim, chega à sua definição de currículo: “organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo escolares; é, pois uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria” (SAVIANI, 2005, p. 18).

A escola precisa definir prioridades no que ensina, como ensina, para que ensina, pois sua função principal é a atualização histórica e cultural dos saberes acumulados ao longo da história da humanidade a fim de formar novas gerações com conhecimentos necessários, sujeitos que saibam problematizar, contextualizar, sujeitos/cidadãos críticos capazes de desenvolver uma cidadania ativa, sujeitos

emancipados. A escola ao pensar a sua função formadora, precisa pensar no seu currículo.

Falar da função da escola é, portanto, falar do currículo, é falar do que a escola ensina, por que ensina, de como ensina. É falar das ações pedagógicas necessárias para desenvolver a inteligência, formar capacidade de raciocínio, formar capacidades mentais nos alunos. Recuperando Vygotsky (1991), o compromisso da escola é com o desenvolvimento de formas superiores de pensamento do aluno. Tudo isso empresta uma extrema seriedade àquilo que a escola se propõe a fazer e àquilo que ela de fato faz.

É nesta direção que Saviani (2005) adverte ao se referir sobre o saber sistematizado que a escola é responsável, e não a qualquer tipo de saber. Ele está se referindo aos elementos culturais, defendendo a necessidade de a escola definir prioridades, distinguir o clássico do secundário, clássico compreendido não no sentido de tradicional, mas como essencial e nuclear para atingir o objetivo. É a partir desse saber sistematizado, que se estrutura o currículo. Já o secundário refere-se às atividades e conteúdos fragmentados que ocupam tempo precioso na prática pedagógica, mas não são prioridades, não contribuem para o saber elaborado, não enriquecem as atividades curriculares.

Libâneo (2001, p. 168) afirma que “o currículo constitui o elemento nuclear do projeto pedagógico, é ele que viabiliza o processo de ensino e aprendizagem”. Portanto, inclui-se numa dimensão prática, definindo “o *que* ensinar, o *para que* ensinar, o *como* ensinar e as formas de avaliação, em estreita colaboração com a didática”. Um currículo deve ser assentado na formação cultural e científica dos alunos, em interconexão com as práticas socioculturais.

Para Libâneo (2001), a escola é uma das mais importantes instâncias de democratização da sociedade e promoção de inclusão social, cabendo-lhe propiciar os meios da apropriação dos saberes sistematizados formados socialmente, como base para o desenvolvimento das capacidades cognitivas e a formação da personalidade, por meio da atividade de aprendizagem socialmente mediada.

Afirma, também, que o currículo deve ser baseado no conhecimento crítico que incorpore práticas socioculturais e introduza a diversidade social e cultural nos conteúdos. A visão de escola centrada na formação cultural e científica realça a universalidade da cultura escolar de modo que à escola cabe transmitir, a todos, os saberes públicos que apresentam um valor imensurável na formação de sujeitos para

uma sociedade mais inclusiva: na diversidade cultural, no respeito as diferenças, a justiça, austeridade, ao coletivo. Estamos tratando da função social da escola para um tipo de cidadão. (LIBÂNEO et al, 2013)

Portanto, há de se considerar que a escola ao definir seu currículo, o planejamento escolar, a avaliação, estará fazendo opções sobre as peculiaridades do ato educativo, da formação humana, do desenvolvimento intelectual, da capacidade reflexiva e crítica de seus alunos, contribuindo para o pleno desenvolvimento desses.

A unidade entre a formação cultural e científica e as práticas interculturais requer dos professores não apenas uma atitude humanista aberta às diferenças mas, principalmente, a incorporação dessa relação no cerne tanto das práticas de organização e gestão da escola e da sala de aula como na própria metodologia de ensino. (LIBÂNEO et al, 2013)

Assim, a escola não cumpre a sua função sozinha, abstratamente, ela conta com o professor, que tem uma função definida no processo de ensino e aprendizagem: ele é o *mediador*. Isso significa que ele é responsável pela intervenção pedagógica a fim de ajudar os alunos a assimilar os conteúdos escolares, os saberes sistematizados.

Cabe ao professor produzir a assistência e o avanço na ZDP, uma vez que a mediação significa interagir, comunicar, negociar e, eventualmente, modificar as suas representações, construir conhecimento sobre os objetivos da educação escolar. A Zona de Desenvolvimento Proximal é a área de intervenção pedagógica, área de promoção de ensino ou ainda podemos dizer de produção de "ajudas", visando aproximar os conceitos já construídos dos que estão em via construção. As ZDP podem ser criadas em sala de aula, em diversas as situações de interação professor e aluno; aluno e aluno. Ocorre no diálogo entre professor e aluno e alunos /alunos: os participantes assumem a sua vez de falar, e o professor se apropria das informações para fazer a sua intervenção –o que significa: **MEDIAÇÃO**.

O diálogo é uma exigência existencial. O encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes. Não é também discussão guerreira, polêmica, entre sujeitos que não aspiram a compreender-se com a pronúncia do mundo, nem a buscar a verdade, mas a impor a sua [...] somente o diálogo, que implica um pensar crítico, é capaz também de gerá-lo. Sem ele não há comunicação e sem esta, não há verdadeira educação. [...] O diálogo é uma relação horizontal, nutre-se de amor, humildade, esperança, fé e confiança. (FREIRE, M., 2010, p. 91).

O diálogo, deve ser o princípio maior na formação dos alunos, e deve iniciar no seio familiar. Na escola o diálogo tem várias possibilidades. As respostas do professor às perguntas ou contribuições do aluno devem ser entendidas como as atitudes de mediação. Dizem respeito à sua postura ética e pedagógica, como mencionar o nome do aluno, aproximar-se dele, expressar-se bem, comunicar-se com os olhos e jamais humilhá-lo. São posturas determinantes para o aluno sentir-se acolhido em sala de aula e nela permanecer e aprender.

Mas a escola também possui um papel social e disciplinador. O professor tem mais sucesso em seu trabalho quando os alunos estão envolvidos nas propostas, quando há respeito às regras estabelecidas. Essas configuram posturas educativas, pois valores como diálogo, respeito, escuta, são melhor aprendidos quando vividos na rotina diária, nas interações entre os sujeitos/atores da escola.

Conclui-se assim, que tanto o ambiente familiar, como escolar são responsáveis por produzir aprendizagens e tornam-se fortes influenciadores no desenvolvimento intelectual do aluno, pois este necessita da mediação do adulto, seja no ambiente familiar ou escolar.

CAPÍTULO 2

PROMOVENDO A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR

O sonho nada mais é que a aventura pelo mar desconhecido, em busca da terra sonhada. Mas sonhar é coisa que não se ensina, brota das profundezas do corpo, como a alegria brota das profundezas da terra. Como mestre só posso então lhe dizer uma coisa. Contem-me os seus sonhos para que sonhemos juntos.

Rubem Alves

2.1 INTEGRAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA UMA JUNÇÃO NECESSÁRIA, PORÉM DISTANTE DA REALIDADE

Como foi visto no capítulo anterior, a imagem da escola está associada a uma aprendizagem sistematizada, formal, enquanto a família carrega uma soma de funções atreladas ao caráter, valores, atitudes. A educação familiar é exatamente aquela em que os pais ensinam seus filhos questões de respeito, moral, responsabilidade, já é parte da escola ensinar a criança ler, escrever, fazer cálculos, fazer uma leitura do mundo e formar um ser pensante para atingir assim a criticidade. Ambas desempenham função indissociável na formação integral do aluno.

Dessen e Polônia (2007), ressaltam que se trata, na realidade, de microssistemas da sociedade, "isto é, são locais que reúnem diversidades de conhecimentos, atividades, regras e valores e que são permeados por conflitos, problemas e diferenças." Essas diversidades tornam ainda mais necessária a participação, a interação da família com a escola a fim de que juntas possam fortalecer a formação integral do aluno.

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...] (Piaget, 2007, p.50)

Essa afirmação de Piaget, embora ratifique a necessidade dessa reciprocidade, não se confirma na realidade escolar.

Para a construção deste trabalho, a maioria dos artigos consultados relatou a baixa participação dos pais na vida da escola. Na maioria das instituições pesquisadas, os pais não tiveram uma participação ativa na educação escolar dos seus filhos. As justificativas recaem na falta de tempo, na falta de informação ou em dificuldades de comunicação com a escola.

Loureiro (2017) observa que mais especialmente nas últimas quatro décadas, a sociedade tem passado por mudanças profundas, caracterizadas principalmente pela maior influência da tecnologia na vida cotidiana. As diversas formas de comunicação foram incorporadas aos hábitos individuais e coletivos, transformando o mundo do trabalho, as relações interpessoais e reconfigurando valores e culturas. Essas novas formas de comunicação devem ser incorporadas no fazer da escola, não só em benefício do ensino e aprendizagem, mas em todas as demandas de comunicação.

A autora ainda relata que a participação da família está diretamente proporcional à renda familiar: as famílias com melhor condição social e econômica participam mais efetivamente do que as famílias socioeconomicamente mais desfavorável.

Oliveira e Marinho-Araújo (2010) acreditam que cabe à escola construir as pontes e instrumentos para melhorar essas relações, fortalecendo ainda mais essas pontes quando elas se dirigem para atender fragilidades. As manifestações nesse sentido, entretanto, esbarram na ainda não superada má vontade para que essa participação se efetive. Em geral, as propostas oferecem vias unidirecionais de participação, sugerindo que há, ainda, uma desconfiança por parte de professores e diretores, temerosos de perderem sua autoridade ou sua autonomia.

À família são impostos limites para entrar em questões próprias da escola, como no campo pedagógico. Mas o mesmo parece não acontecer com a escola em relação à sua entrada na família, pois aquela acredita estar autorizada a penetrar nos problemas domésticos e a lidar com eles, além de se considerar apta a estabelecer os parâmetros para a participação e o envolvimento da família. (OLIVEIRA; MARINHO-ARAÚJO, 2010, p. 104)

O trabalho de Saraiva e Wagner (2013) mostrou algumas das opiniões de professores sobre a participação mais ativa da família nas escolas. Entre os entrevistados, a principal reclamação foi que grande parte das famílias é desestruturada, sem definição clara do responsável pelo acompanhamento escolar dos filhos e tem dificuldade para cumprir seu papel educador dentro de casa. Isso provoca certa confusão na relação com a escola, pois ora transferem tarefas que

seriam suas, ora questionam os limites impostos pela instituição. Em outros casos, há pais que tentam impor suas opiniões, sem diálogo, usando como instrumento o Estatuto da Criança e do Adolescente ou, no caso das escolas privadas, a necessidade que estas têm de manter o cliente.

Esse fenômeno não ficou restrito a escolas privadas, onde muitas demandas dos pais acabam atendidas em função do desejo de que mantenham a criança matriculada. Nas escolas públicas, também aparece sob a característica de ameaças dos pais aos professores, onde os primeiros desejam ter suas demandas atendidas da forma que mais lhes convém, caso contrário, acabam forjando denúncias aos conselhos tutelares ou, até mesmo, delegacias de polícia. (SARAIVA; WAGNER, 2013, p. 754)

É curioso notar que, na mesma pesquisa, todas as mães entrevistadas consideravam-se participativas nas atividades escolares. Apesar disso, há diversas reclamações, como a dificuldade de comunicação com os professores, a falta de flexibilidade para tratar de assuntos relacionados com aproveitamento e avaliação, falta de clareza nas informações fornecidas pela escola. (SARAIVA; WAGNER, 2013)

No trabalho de Santos (2018), também é possível encontrar algumas dificuldades nas relações entre família e escola. Uma delas diz respeito ao que os pais compreendem como participar das atividades escolares. Dos dez pais entrevistados, todos declararam que auxiliam nas tarefas escolares, mas apenas quatro informam que vão à escola com regularidade. Entre os alunos que apresentam mais dificuldades de aprendizagem ou comportamento, foi comum encontrar divergências entre o relato dos pais e da professora. Apesar dos primeiros garantirem que participam e acompanham as atividades de seu filho, na prática isso não ocorre. Há, também, casos em que os pais são comunicados sobre a necessidade de realizarem um acompanhamento mais próximo, mas não tomam providências.

Polido (2017) fez uma pesquisa qualitativa sobre a qualidade e a natureza das relações entre famílias e escolas, sob a ótica de pais e professores. É interessante notar que, entre os professores entrevistados, 38,3% afirmaram que essas relações são boas e 46,8% classificaram como razoáveis, contrariando o senso comum de que não há interação entre as duas instituições. De qualquer forma, os professores que avaliaram positivamente disseram que isso só ocorre quando a família é convocada ou convidada, sendo rara a convivência espontânea.

Nesse trabalho, quando questionadas sobre os motivos para a não participação dos pais nas atividades escolares, 39,6% acreditam que seja por desinteresse e 35,8% por falta de tempo ou conflito nos horários. Em relação ao desinteresse, é

curioso observar que, em grande parte, isso ocorre exatamente entre os alunos que mais precisam. Segundo a autora, os pais não vão, mesmo quando convidados, porque já sabem que terão que se defrontar com reclamações ou problemas.

Como vimos ao decorrer da análise de dados, a prática de alguns professores ao apresentar o desempenho dos alunos (notas), dispensar os pais de alunos com bom rendimento e conversar apenas com os pais dos alunos sobre indisciplinas é extremamente desconfortável e constrangedora para esses pais e familiares. Os mesmos vão até a escola e ficam nas salas ouvindo reclamações de seus filhos, enquanto veem os pais dos alunos com bom rendimento indo embora. Possivelmente essa família não sentirá vontade de comparecer às próximas reuniões. (POLIDO, 2017, p. 71)

A autora levanta algumas limitações para os resultados da sua pesquisa. Para ela a visão das famílias sobre o tema ficou prejudicada porque só conseguiu entrevistar os que compareceram às reuniões de pais, não conseguindo obter o relato dos que não participavam. Entre os presentes, o argumento da falta de tempo para o não comparecimento eventual aos eventos escolares foi predominante (62,5%), reforçando parte da opinião dos professores.

Outra dificuldade apontada por Polido (2017) foi a forma de participação da família, restrita a reuniões de pais e cadernos com recados. Essas oportunidades deveriam ser mais numerosas e variadas, permitindo um envolvimento mais constante e mais próximo entre as duas instituições.

É interessante considerar que nenhum dos autores das pesquisas deram ênfase aos efeitos que a maior participação da família provoca sobre o aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Aparentemente, essa importância já é consensual. Inúmeros trabalhos já comprovaram que uma maior participação da família nas atividades pedagógicas tem relação direta com o aproveitamento e a aprendizagem dos alunos. Apesar da aprendizagem ser o objetivo principal dessa interação, as discussões se dão no âmbito das formas, conflitos e obstáculos da relação entre as duas instituições.

O desafio, portanto, é encontrar formas de estimular a participação das famílias, especialmente, aquelas que denotam menos interesse nessa parceria, buscando fortalecer os laços entre as duas instituições.

2.2 FORTALECENDO A INTERAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA - A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Os argumentos relatados até aqui demonstram a complementariedade dos papéis da família e da escola no pleno desenvolvimento do aluno. Mostram, também, que há, em alguns casos, dependência e até sobreposição de funções, tornando ainda mais importante que esse trabalho seja realizado em conjunto e de forma coordenada.

Se as intersecções dos papéis da família e da escola são tão importantes, a parceria entre as duas instituições devem ser cuidada, visando ampliar as possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento da criança. Polonia e Dessen (2005) acreditam que cabe à escola a iniciativa para a construção dessa parceria.

Loureiro (2017) destaca que o mundo moderno tem levado à escola a se reinventar e cita diversas formas de participação dos pais na vida escolar. A mais óbvia é o envolvimento direto nas atividades pedagógicas, com o acompanhamento da aprendizagem de seu próprio filho. Mas há, também, outras formas, como a participação em eventos, atividades colegiadas, reuniões de pais e mestres, bem como associação de pais e mestres, etc.

Nogueira (2006) afirma que a participação dos pais na vida do filho na escola, exige dos pais uma tarefa adicional, que é a escolha da escola que melhor atenderá suas demandas e expectativas. Antes, o número de opções era menor e havia pouca diferença entre suas propostas pedagógicas. Hoje, isso se inverteu.

[...] os pais se veem na contingência – em maior ou menor grau, conforme o meio social de pertencimento – de escolher entre diferentes perfis de estabelecimentos de ensino, que variam segundo múltiplos aspectos: localização, infra-estrutura, clientela, grau de tradição, qualidade do ensino, clima disciplinar, proposta pedagógica, para citar os mais importantes. (NOGUEIRA, 2006, p. 162).

Isso é particularmente verdadeiro nos estratos mais elevados da sociedade, mas muito menos frequente nas populações mais carentes. Haveria, portanto, nos primeiros, um maior envolvimento com a instituição, enquanto para os últimos, até pela falta de escolha, essa necessidade de participação seria reduzida.

Seja a escola pública ou a particular, como fazer a melhor opção por uma escola? Isso quando é possível fazer opção, já que em muitos bairros existe uma única escola pública ou mesmo particular. Se houver opção, parece ser prudente que os pais façam essa escolha com critério.

Conhecer a escola não significa apenas conhecer o espaço físico, embora seja muito importante, mas também conversar sobre os seus objetivos. Mesmo que muitos pais sejam leigos, isso não pode excluí-los de receberem informações básicas sobre

a proposta pedagógica de escola. Dentre a diversidade de informações, esclarecimentos que a escola deve fornecer aos pais antes da matrícula, cabe também à equipe gestora conversar com a família, não deixando a matrícula a cargo apenas do setor administrativo. Nesse ato está o primeiro passo para iniciar a interação família e escola. É o ponto inicial de uma relação que deverá estreitar laços e promover situações de integração.

O aluno ao ingressar na vida da escola muitos sujeitos estarão envolvidos no seu processo educativo e todos são importantes, a participação de todos é valiosa. Mas, sem dúvida a gestão desempenhará a principal função, uma vez que ela reúne um conjunto de responsabilidades a fim de gerar condições de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Para Libâneo et al (2012, p. 411), “a organização e gestão constituem o conjunto das condições e dos meios utilizados para assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados”. Os autores enfatizam que a gestão escolar deve prover recursos para ótimo funcionamento da escola e do trabalho na sala de aula; promover o envolvimento das pessoas no trabalho, na avaliação e o acompanhamento dessa participação; garantir a realização da aprendizagem para todos os alunos.

Assim, a gestão não pode ser pensada em outra forma que não seja a de uma perspectiva democrática onde há participação de toda a comunidade escolar. Essa perspectiva, aliás, está prevista na Constituição Federal, que inclui a gestão democrática como um dos princípios do ensino (art. 206, VI) (BRASIL, 1988).

A LDB, em seu art. 3º, também inclui a gestão democrática como um dos princípios do ensino.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância; V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; VII - valorização do profissional da educação escolar; **VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino** (BRASIL, 1996, grifo nosso).

O Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014 - PNE) inclui, em suas diretrizes, a preocupação com essa forma de gestão:

Art. 2º São diretrizes do PNE:
I - erradicação do analfabetismo;

- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;**
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014, grifo nosso)

Evidencia-se, portanto, que a legislação educacional, ao definir as obrigações da escola e dos professores, de promover a participação e integração da família na escola, tem o amparo da gestão para realizar essa tarefa. Gestão para ser democrática, exige que seja participativa.

A gestão escolar, é formada por uma equipe, e não por uma única pessoa, contudo o diretor assume a figura do gestor. Um bom gestor tem características bem específicas, posicionamento, espírito de liderança e ação.

Por estarmos tratando de gestão democrática e participação, temos que esclarecer que quem faz parte dessa participação são os alunos, os pais dos alunos, coordenadores, professores, equipes de apoio, a comunidade em geral. É por meio das ações da equipe gestora que precisa ser acessível e abrir espaços para participação. Como alerta Libâneo (2012), não só a gestão é participativa, mas também a participação na gestão. Isto significa que não basta trazer os pais para dentro da escola e achar que isso é participação, mas oferecer oportunidade claras de participação, dar voz e vez as famílias. Gestão só se faz com participação, ouvindo e partilhando dos interesses de todos, sem privilegiar esse ou aquele.

A participação é de suma importância, especialmente na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP). Esse projeto precisa ser bem pensado, elaborado tendo um bom grupo gestor tomando as responsabilidades e contando com a participação da família ou da comunidade. Podemos considerar mais um bom momento de trazer a família para participar da vida e dos rumos da escola do seu filho.

Visando que a família e a comunidade façam parte da gestão democrática, devem ser oferecidas oportunidades para que eles possam assumir determinadas

responsabilidades, como a criação do conselho escolar. Isso poderia ajudar a fluir melhor a gestão democrática, pois estaria sendo desenvolvido um trabalho coletivo.

Para que isso aconteça de maneira funcional o diálogo volta à cena. Os membros precisam ouvir o ponto de vista de cada um e nesta caminhada ir pontuando o que de fato pode ou não contribuir para o bom desenvolvimento do trabalho coletivo. Diga-se de passagem que esse trabalho foca no bom andamento da instituição, visando alcançar seus objetivos fundamentais: a qualidade do ensino, a aprendizagem e desenvolvimento integral de todos os alunos. O diretor, na figura do gestor deve incentivar, colaborar para que o trabalho possa fluir coletivamente.

Sintetizando, a família pode e deve participar da construção do Projeto Político Pedagógico, pode participar do Conselho Escolar, mas a escola precisa criar meios, promover ações para que a integração e a participação se efetivem. Várias são as alternativas, como os Projetos de Integração.

A título de exemplo, citamos algumas situações que podem ser implementadas na escola.

a) Sábado cultural, sábado da família: escolher um título para encontros com as famílias, já previstos nas ações pedagógicas do PPP. Um sábado por mês, com horários mais amplos, em que os pais possam chegar e permanecer na escola por mais tempo. Isso não significa ficarem perdidos, ociosos. Cabe à equipe pedagógica organizar uma agenda de atividades que ofereçam opções dinâmicas. Assim, eles não estarão todos voltados para uma única coisa. Podem promover exposição de atividades dos alunos, onde pais e professores possam conversar sobre a aprendizagem e desenvolvimento dos mesmos, enquanto que os demais pais, vão chegando durante todo o horário disponível e se envolvendo em outras atividades. Não confundir essa proposta com aquele tradicional encontro para entrega de notas, com tempo estipulado, visando só resultados. Aqui, se propõe uma conversa tranquila entre **pais e professores**, sobre processos. Essa proposta poderá ajudar os professores a conhecer melhor a realidade dos alunos, receber “pistas dos pais” que sem dúvida contribuirão no processo de interação em sala de aula. A professora poderá também orientar os pais naquilo que ela perceber prudente. Simultaneamente, outras atividades integradoras devem ser planejadas. Enquanto uns pais conversam com a professora, outros observam as atividades do seu filhos e de outros alunos nas atividades expostas pelo escola e ou na sala de aula. Outras atividades como:

“cantinhos dos pais” – **pais/pais**, para que os mesmos possam conversar sobre seus filhos, sobre a escola, as dificuldades que enfrentam, pontos positivos e negativos, fazer amizade, conhecer melhor os pais dos coleguinhas do seu filho. Os filhos/alunos se sentirão mais seguros ao ver que seus pais conhecem os pais dos amiguinhos, estreitando as situações de socialização: convites para aniversários, passeios de final de semana, bem como maior segurança para permitir que os filhos frequentem a casa dos coleguinhas para realizar atividades escolares ou mesmo lazer. Neste projeto pode ser pensado, se houver espaço na escola, jogos que envolvam os **pais/pais e filhos**, como: futebol, dama, xadrez, etc. Como educadores sabemos como os jogos contribuem para a socialização, a aprendizagem cognitiva, de procedimentos, de valores para os alunos, sem dizer que estão envolvidos com aquelas pessoas que amam: **pais e filhos, filhos e pais**. Só isso já é uma imensa contribuição que a integração da família na vida da escola, que pode contribuir para a segurança, a autoestima, valores que só podem ser construídos nesta relação saudável, afetiva, prazerosa. A equipe pedagógica deve pensar no planejamento dessas ações de forma flexível, dinâmico. Não precisa ser a mesma todos os sábados. Aproveitar as datas comemorativas e diversificar ao máximo, a fim que os pais fiquem na expectativa dos próximos encontros. Lembrar do dia dos **avós**. Trata de uma excelente possibilidade de construir valores. Num projeto planejado com antecedência, pode ser solicitado às avós receitas e durante um tempo, um mês por exemplo, os alunos podem construir cadernos, livretos de receitas. Também propor pesquisas sobre a terceira idade, saúde, cuidados, condições de atendimento ao idoso, aposentadoria, estatuto do idoso. É ampla a aprendizagem de conteúdo. Esses cadernos, essas pesquisas vão compor a exposição do sábado. Os avós serão convidados e poderão ver os livretos com suas receitas, fazer pequenas rodas de conversa entre eles, família, professora para contar sobre as receitas, o gostos dos netos, dos pais. Até mesmo confeccionar algumas receitas e servir neste dia. Como a presença da família, na pessoa dos avós vão trazer para os alunos sentimentos de pertença, de família. Valorizar o idoso, seus ensinamentos. Sem dúvida uma alavanca em direção a formação integral dos alunos.

b) Convite para palestras. Dentro da proposta anterior, ou em outro dia, organizar palestras contextualizadas. Num projeto de alimentação saudável, por exemplo, não basta a sala de aula, os professores, proporem investigação sobre o tema - a família também deve se inteirar. É sabido que um tema como a alimentação

saudável só assume relevância se houver aplicação também em casa. Para isso, uma nutricionista poderá ser convidada e contribuir com a aprendizagem dos pais, ratificando estudos sobre alimentos que devem ser consumidos e aqueles que devem ser evitados, bem como as desvantagens de alimentos menos saudáveis, como refrigerantes, produtos ultraprocessados, etc. Muitas vezes a família pertence a uma camada socioeconomicamente menos favorecida e acaba canalizando os poucos recursos para alimentos dessa natureza. É preciso que a escola tenha um olhar para isso: comer melhor não é gastar mais. A orientação de uma profissional é fundamental para formação de uma geração mais saudável e menos consumista daquilo que a mídia impõe. Aí o papel da escola e família se somam, contribuindo para o pleno desenvolvimento do aluno: crítico, que saiba fazer opções, orientados pelo conhecimento científico: o valor social do conhecimento na vida do aluno e da família.

Assim, como o convite de palestras para a nutricionista, dentro de uma concepção multidisciplinar, outros profissionais poderão ser convidados: psicólogos para tratar da sexualidade, e outros temas que se mostrarem necessários. Profissionais da saúde também farão a diferença, especialmente para tratar de higiene e saúde. Mesmo que as famílias possuam nível superior de escolaridade, isso não é garantia de que conheçam todos os assuntos. Pedagogos podem orientar os pais quanto às intervenções da família no processo escolar dos filhos, mas também podem e devem discutir, juntamente com os pais, o projeto político pedagógico da escola, apresentar propostas e discutir com os pais que tipo de atividade eles podem indicar para contribuir com o desenvolvimento do aluno. O pedagogo é quem vai intervir nesses aspectos de ampliação do pensamento família escola e pais e filhos.

Essas propostas estão carregadas de concepções: a exemplo, o currículo. A concepção de currículo defendida pelos autores é de um currículo aberto, flexível e especialmente que pense nos fins da educação, no projeto educativo da escola. Portanto, quando a escola oportuniza à família, aos alunos, às comunidades integrar temas, atividades, momentos em que se discute e se vive a diversidade, o respeito, a amizade, o convívio social, a escuta, o diálogo, as trocas de experiência, que ensine a valorizar e respeitar os idosos, as pessoas da comunidade, sem dúvida estamos tratando daquilo é papel da escola e família: a formação integral do aluno, em seus aspectos cognitivos, afetivos, psicossociais.

Segundo Saviani (2005), não podemos fragmentar o currículo ou desperdiçar o tempo escolar com propostas que sejam secundárias à formação do aluno, perder tempo com aquilo que não contribuirá significativamente com o projeto educativo.

Uma proposta presente na rotina escolar é a tradicional Reunião de Pais e Mestres. É claro que é uma proposta de integração, mas precisa ser amplamente cuidada pela equipe gestora. O que observou-se nos relatos das leituras realizadas é que, na maioria das instituições pesquisadas, os pais deixaram de frequentar essas reuniões por falta de objetivo, falta de um trabalho coeso da equipe gestora. Trazer os pais para a reunião a fim de apresentar cobranças, reclamações, apontamentos negativos dos seus filhos, pode expor pais e filhos a situações constrangedoras. Esses acontecimentos de uma certa maneira acabaram afastando os pais da escola e ou até mesmo gerando conflitos entre pais e filhos. Paro (1997), argumenta que os resultados dessas reuniões, os resultados das avaliações fracassadas, podem gerar situações amargas entre pais e filhos, pelo fato de a escola não saber que tipo de reação os pais podem ter frente a esses apontamentos negativos.

Ao pensar em projetos integradores a equipe gestora da escola, pode e deve propor formas de integração e participação dos pais também no processo de avaliação formativa. Esta modalidade de avaliação não seria apenas apresentar resultados e notas aos pais, mas sim dar oportunidade para os pais acompanharem a evolução dos filhos, em relação a aprendizagem de conteúdos curriculares e quais as iniciativas a serem tomadas pela escola, a fim que todo o processo permita alcançar melhores resultados. É preocupante a escola realizar reuniões para dizer aos pais que os filhos são indisciplinados, não prestam atenção, não fazem a tarefa de casa, e por ai vai.

Esse pensamento é para uma escola elitista. Muitos pais não sabem nem ler e têm dificuldade de acompanhar as tarefas; não sabem nem o que é uma agenda ou como acompanhá-la. Reclamações podem evoluir para surras, castigos. Deve-se evitar que essas reuniões exponham os alunos, contrariando os pais com questões que não terão resultados positivos.

Trata-se de uma tarefa extremamente importante, pois informar pai e mãe, ou os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola é exigência legal. É preciso que pedagogos, equipe gestora, coordenadores, professores pensem como realizar essa tarefa, com respeito, conhecimento, diálogo, a fim que essa tarefa não se torne um

instrumento contrário aos objetivos de interação, aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escola e família dependem uma da outra para desempenhar bem seu papel em relação à criança. Quando esta tem suporte familiar para atender às normas da escola, com dedicação e disciplina, tem maiores possibilidades de aprendizado e de desenvolvimento.

Uma criança, principalmente nos anos iniciais, precisa sentir que a sua obrigação com a escola é importante tanto para ela quanto para sua família. É exatamente com a participação familiar que a criança observa isso. É claro que essa participação não pode ser apenas quando a criança tem algum problema na escola com colegas, professores, ou outro tipo de situação, onde os pais, na grande maioria, vão até a escola com o intuito de tirar satisfação ou afrontar a instituição como um todo. Não é dessa participação que estamos falando. Estamos defendendo uma participação onde a família tenha vez e voz, não só nos assuntos relacionados diretamente a seus filhos, mas também na tomada de decisões, na apresentação de sugestões e tantas outras formas de contribuição tanto para as instituições como para o desenvolvimento cognitivo dos filhos.

Quando a família se faz participativa na escola de forma qualitativa, contribui para a formação e preparação da criança, incentivando a busca por conhecimento e fazendo essa criança reconhecer suas responsabilidades através da responsabilidade dos pais. É papel da escola buscar incansavelmente trazer a família para dentro da escola, colocar a par dos projetos, grupos de estudos, propostas e do principal que é o rendimento dos alunos. Com isso, a escola e família caminham juntas.

Essa busca pela família deveria ser muito mais que uma reunião de pais por bimestre. As instituições podem abrir mais espaços para que esses pais participem de outras maneiras como, por exemplo, fazer dias de voluntariado dentro da instituição, assistir uma aula que esses pais pudessem ajudar seus filhos em trabalhos ou provas, assim os alunos perceberiam que seus pais os compreendem e os pais entenderiam que a vida escolar dos filhos não é tão simples. Haveria uma maior valorização da escola e do professor.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 set. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 11 set. 2020.
- DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto (SP), v. 17, n. 36, p. 21-32, abr. 2007.
- FERNANDES, A. T. Sociedade, família e escola. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto (Portugal), v. 17, p. 253-265, 2007.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Plano Nacional de Educação PNE, 2014-2024**: Linha de Base. Brasília: INEP, 2015.
- LIBÂNIO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10ª ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2012.
- LIBÂNIO José Carlos, SUANNO Vanessa Rosa, LIMONTA Sandra Valéria. (org.) **Qualidade na escola pública: políticas educacionais, didática e formação de professores**. Goiânia: Ceped; América: Kelps, 2013.
- LOUREIRO, M. A. Relação Família-Escola: Educação Dividida ou Partilhada? **International Journal of Developmental and Educational Psychology**, Badajoz (Espanha), v. 3, n. 1, p. 103-113, 2017.
- NOGUEIRA, M. A. Família e Escola na Contemporaneidade: os meandros de uma relação. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 31, n. 2, p. 155-169, jul./dez. 2006.
- OLIVEIRA, C. B. E.; MARINHO-ARAÚJO, C. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos de Psicologia**, Campinas (SP), v. 27, n. 1, p. 99-108, jan.-mar./2010.
- OSÓRIO, Luiz Carlos. **Família Hoje**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 1997.

PARO, V. H. O currículo do ensino fundamental como tema de política pública: a cultura como conteúdo central. **Ensaio - Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 485-508, jul./set. 2011.

PIAGET, J. **Biología y conocimiento**. Madrid: Siglo Veintiuno, 2007

POLIDO, C. **Relação Família-Escola: (Im)Possibilidades de Aproximação**. 2017. 94 f. (Trabalho de Conclusão de Curso - Licenciatura em Pedagogia). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Carlos: 2017.

POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações família-escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 303-312, 2005.

SALVADOR, C. S. C. et al. **Psicologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SANTOS, P. J. P. A Família e seu Compromisso com a Educação: sua participação na educação das crianças. **Revista Educação e Ciências Sociais**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 92-112, 2018.

SARAIVA, L. A.; WAGNER, A. A Relação Família-Escola sob a ótica de Professores e Pais de crianças que frequentam o Ensino Fundamental. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 81, p. 739-772, out./dez. 2013.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: a pedagogia no Brasil, história e teoria**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

